

**Estudo vai avaliar vantagens e desvantagens dos contratos de prospecção para países em desenvolvimento**

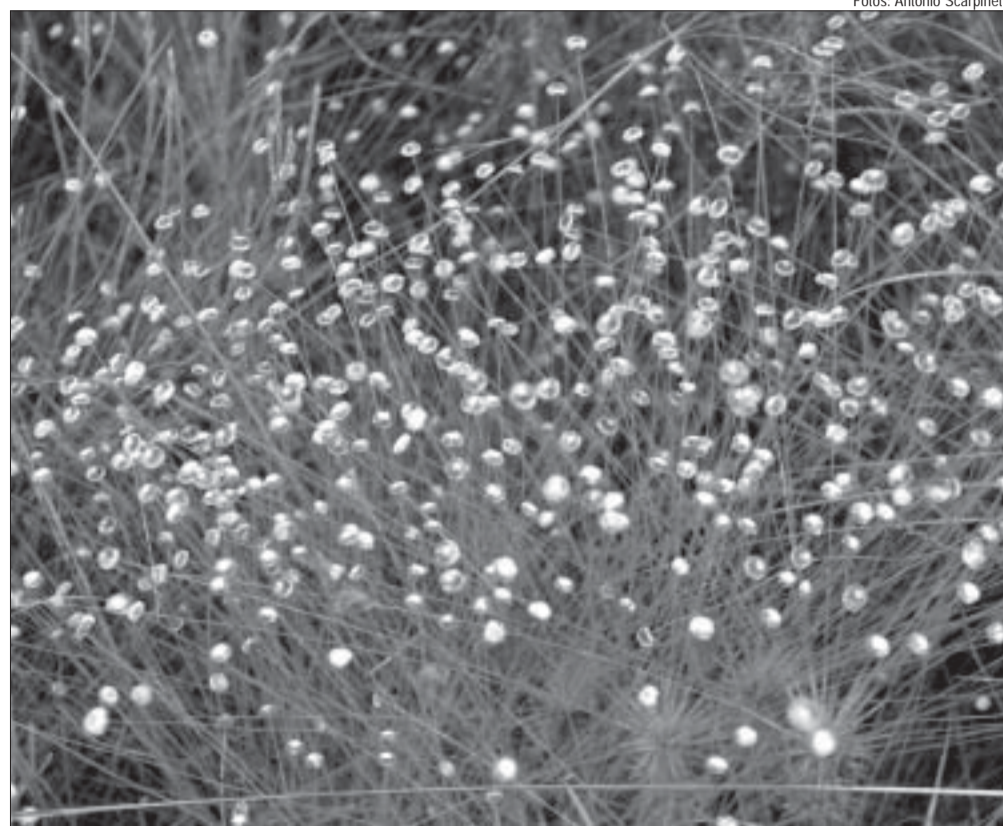
# O impacto das parcerias Norte-Sul que envolvem as riquezas naturais

MANUEL ALVES FILHO  
manuel@reitoria.unicamp.br

Há milhares de anos o homem explora a natureza para dela retirar recursos que garantam a sua sobrevivência. Em tempos remotos, ele usava as peles dos animais para se proteger do frio. Em meados da década de 1970, essa relação passou a ganhar contornos muito diferentes, principalmente por conta do avanço da biotecnologia. A possibilidade da descoberta de matérias-primas para o desenvolvimento de produtos e processos comerciais despertou a atenção de inúmeros países e corporações privadas. Tal interesse gerou, por sua vez, contratos de bioprospecção firmados pelas nações do Norte, possuidoras de conhecimento e dinheiro, e do Sul, detentoras de importantes riquezas naturais. Mas a quantas andam essas parcerias? Elas têm proporcionado vantagens aos países em desenvolvimento e contribuído para a preservação do meio ambiente? As respostas para estas e outras perguntas devem surgir de um estudo que está sendo conduzido por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. O trabalho, previsto para ser concluído em setembro de 2007, pretende identificar a natureza e o impacto desses acordos na produção e utilização do conhecimento.

A coordenação da pesquisa, intitulada Natureza e Impacto de Parcerias Norte-Sul na Produção e Utilização de Conhecimento em Bioprospecção (Parbio), está a cargo das professoras Lea Maria Leme Strini Velho e Maria Conceição da Costa, ambas do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do IG. De acordo com elas, que estudam há vários anos aspectos relacionados à cooperação científica internacional, as parcerias entre países do Norte e do Sul são normalmente marcadas por assimetrias. Com frequência, explicam, os primeiros contam com instituições que possuem elevados recursos financeiros e equipes mais consolidadas do que os segundos. “Ou seja, as condições de entrada na parceria apresentam-se quase sempre como desiguais”, afirma a professora Lea.

No que toca aos acordos na área da bioprospecção, conforme a docente do IG, surgiu um elemento novo nos últimos anos. As nações do Norte passaram a ser representadas por corporações privadas e não por



Fotos: Antonio Scarpinetti

instituições de pesquisa. Em outras palavras, entraram em cena empresas interessadas em explorar a biodiversidade dos países do Sul para a obtenção de recursos que lhes permitam desenvolver produtos ou processos lucrativos. Embora essa atividade seja regulamentada pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), instituída em 1992 com o objetivo de estabelecer regras para a preservação da biodiversidade e a justa repartição dos benefícios provenientes da transformação dos seus recursos genéticos, ela envolve muitos outros aspectos.

Também fazem parte dos acordos de cooperação os marcos legais e regulatórios estabelecidos pelos países em desenvolvimento. Tais normas têm, em tese, a função não apenas de ratificar as garantias previstas na CDB, mas também de criar mecanismos que assegurem vantagens extras às nações do Sul, como a transferência da tecnologia resultante da bioprospecção. Assim, a parceria constituiria um jogo em que todos ganhariam. Mas será que essas condições são confirmadas na prática? Para poder responder essa questão, os pesquisadores do IG estão analisando a posição de quatro países do Cone Sul, todos detentores de áreas localizadas na região amazônica: Bra-

sil, Colômbia, Peru e Suriname. A idéia, como adianta a professora Maria Conceição, é verificar como essas nações estão tratando institucionalmente o tema da bioprospecção.

Inicialmente, os especialistas da Unicamp estão analisando os marcos legal e regulatório. Eles querem identificar como cada país trabalha com questões fundamentais para o sucesso da cooperação, tais como a preservação do meio ambiente, a partilha dos benefícios gerados pela atividade, a contabilização do conhecimento tradicional, entre outros. Os pesquisadores também estão realizando o mapeamento das iniciativas existentes. Em seguida, selecionarão duas delas para proceder estudos de casos. O objetivo final é detalhar como se dão as parcerias. Em outras palavras, eles querem constatar se as nações fornecedoras de recursos naturais de fato obtêm vantagens com os contratos.

Conforme a professora Lea, a pretensão do trabalho, que está sendo financiado por um organismo público canadense, o International Development Research Centre (IDRC), é promover um estudo amplo e comparado. “Ao final, faremos uma grande síntese dos resultados alcançados, mostrando as convergências e divergências em função do posi-

cionamento de cada país”, adianta. Como ao final da empreitada o Parbio terá gerado um vasto banco de dados contendo informações quantitativas e qualitativas acerca da bioprospecção, é provável que ele possa servir como ferramenta para orientar os países interessados em futuras ações de cooperação nessa. “Esse pelo menos é o nosso desejo”, afirma a professora Lea.

**Brasil** – Embora o Parbio esteja em pleno desenvolvimento, as coordenadoras do projeto já puderam constatar diversos pontos em relação ao posicionamento do Brasil acerca da bioprospecção. O primeiro e mais importante deles refere-se à rigidez da legislação que trata do assunto. “Ela é tão complexa e draconiana que está afastando os potenciais parceiros. Há casos de empresas que estiveram interessadas em estabelecer cooperação com o país, mas desistiram e procuraram nações da África, onde as leis são mais flexíveis. Essa situação nos foi passada por vários pesquisadores ouvidos ao longo do estudo”, revela a professora Maria Conceição da Costa. Mais do que proteger a biodiversidade local, as normas brasileiras praticamente impedem o acesso a ela. “Isso sem falar dos aspectos burocráticos, que

## OBJETIVOS DO PARBIO

- Descrever e entender a amplitude das parcerias Norte-Sul em biotecnologia aplicada às atividades de bioprospecção
- Construir um quadro das diferentes maneiras nas quais os benefícios para os participantes podem derivar das parcerias e como tais parcerias podem melhorar as capacidades científicas e tecnológicas nos países do Sul
- Investigar as relações entre parceria e o desenvolvimento de sistemas locais de inovação
- Identificar condições políticas e sócio-econômicas em que as parcerias Norte-Sul oferecem maiores probabilidades de contribuir para o desenvolvimento sustentável



Lea Maria Velho (alto) e Maria Conceição da Costa, coordenadoras do Parbio: legislação do Brasil é draconiana e afasta possíveis parceiros

imprimem uma grande morosidade à tramitação das propostas”, completa a professora Lea.

Ocorre, porém, que esse tipo de postura não impede que os recursos naturais do Brasil continuem sendo explorados cientificamente e comercialmente pelos países desenvolvidos. Se eles não saem do território nacional pelas vias legais, isso acaba ocorrendo por meio de ações ligadas à biopirataria. “Essa questão precisa ser mais bem analisada pelo país. Temos que optar entre manter as coisas da forma como estão ou encontrar um modelo mais flexível, que permita ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e obter vantagens científicas e econômicas com a sua exploração racional e sustentada. O Parbio não pretende definir o caminho a ser seguido, mas sim fornecer elementos consistentes que contribuam para que essa escolha seja feita de forma responsável”, diz Lea Maria Velho. Outras informações sobre o Parbio podem ser obtidas na página do projeto, no seguinte endereço: [www.ige.unicamp.br/parbio](http://www.ige.unicamp.br/parbio).

## CARTAS

Marília de Andrade

Amo a dança como uma força que queima nossa alma e nos faz querer criar, voar. Também fui professora e bailarina de dança, e também já me aposentei. Um belo dia, disse ao meu marido que ia fazer a Unicamp e prosseguir na dança. Passei na primeira fase, mas desisti de deixar minha família. No ano seguinte prestei na UFBA, passei, e na entrevista deixei bem claro que só queria a dança, pois meu objetivo era pesquisa. Sei que não tenho mais idade para ser bailarina profissional, mas tenho muita experiên-

cia para somar ao conhecimento. Como a universidade estava requisitando bailarinos, eu fiquei de fora. O curso da Unicamp me encanta porque tem pesquisa. Realmente, Marília, a dança é um vício muito bom.

**Norma Sales**

Devoção à arte

Excelente a matéria com a professora Beatriz Coelho (“Devoção à arte”, edição 318). Também o trabalho da galeria de arte visando a ligação entre o público e o acervo da Unicamp.

**Maria Elisa Carrazzoni**

Sobre a RMC

Sobre o trabalho do professor Ulysses Semeghini (“Uma reflexão sobre os entraves da Região Metropolitana de Campinas”, edição 343), saliento dois assuntos de grande importância: o Trem Velos (bala) entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, e o Metrô de Campinas. O Trem Veloz já está no quarto projeto, aproveitando a linha existente ou a entrevista da rodovia dos Bandeirantes (Campinas-São Paulo). Atualmente, há um projeto de uma empresa alemã com o Ministério dos Transportes, com aval do Senado, a fundo perdido de um banco da Alemanha. Esta empresa tem 160 técnicos espalhados

pelo mundo projetando um mega-projeto ferroviário estimado em US\$ 60 bilhões.

O Metrô de Campinas, a meu ver, deve aproveitar a entrevista da Bandeirantes, comprometida em parte por instalações de fibra óptica, tubulações de gás e uma quarta pista da rodovia.

**Nilton Avelino Boeri,**  
engenheiro civil

Vinho paulista

Visitando o site da Unicamp encontrei um tema que interessa muito ao nosso setor (“O

vinho paulista busca seu espaço”, edição 344). Pena que o encontro na Unicamp sobre vinhos já tivesse terminado. Espero que em futuros encontros possamos ser convidados para prestar nossa colaboração e contribuir com nossa experiência de 40 anos nesta atividade. O Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí, somado ao Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque, e à Fiesp, estão trabalhando para revitalizar esse importante setor da agricultura no Estado de São Paulo.

**Luiz Antonio Passarin,**  
presidente do Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí

## UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor José Tadeu Jorge  
Vice-reitor Fernando Ferreira Costa  
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva  
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib  
Pró-reitor de Pesquisa Daniel Pereira  
Pró-reitor de Pós-Graduação Teresa Dib Zambon Atvars  
Pró-reitor de Graduação Edgar Salvadori de Decca  
Chefe de Gabinete José Ranali

## JORNAL DA UNICAMP

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3521-5108, 3521-5109, 3521-5111. **Fax** (0xx19) 3521-5133. **Homepage** <http://www.unicamp.br/impressa>. **E-mail** [impressa@unicamp.br](mailto:impressa@unicamp.br). **Coordenador de imprensa** Eustáquio Gomes. **Assessor Chefe** Clayton Levy. **Editores** Alvaro Kassab e Luiz Sugimoto. **Redatores** Carmo Gallo Netto, Isabel Gardenal, Jeverson Barbieri, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. **Arquivo** Antonio Scarpinetti. **Serviços Técnicos** Dulcineia B. de Souza, Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. **Impressão** Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3232-2210. Assine o jornal on line: [www.unicamp.br/assinaju](http://www.unicamp.br/assinaju)